



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

CAMPUS CHAPECÓ

CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

DAIANE REGINA MAY

**A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO DEMOCRÁTICA PARA A MELHORIA DA
QUALIDADE DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM ESCOLAR**

CHAPECÓ

2016

DAIANE REGINA MAY

**A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO DEMOCRÁTICA PARA A MELHORIA DA
QUALIDADE DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM ESCOLAR**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação apresentado ao Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia sob a orientação do Prof. Me. Derlan Trombetta.

CHAPECÓ

2016

DAIANE REGINA MAY

**A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO DEMOCRÁTICA PARA A MELHORIA DA
QUALIDADE DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM ESCOLAR**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como
requisito para obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia da Universidade
Federal da Fronteira Sul.

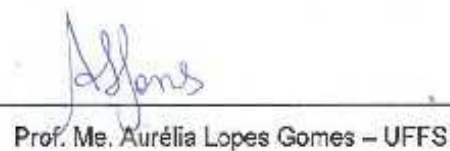
Orientador: Prof. Me. Derlan Trombetta

Aprovada em 28.06.16.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Me. Derlan Trombetta - UFFS



Prof. Me. Aurélia Lopes Gomes – UFFS



Prof. Itacir Carlos Valmorbida
EEB TANCREDO DE ALMEIDA NEVES

A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO DEMOCRÁTICA PARA A MELHORIA DA QUALIDADE DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM ESCOLAR

Daiane Regina May

RESUMO: Este artigo tem como objetivo refletir sobre importância do modelo de gestão escolar democrática para o processo de ensino e aprendizagem na garantia da qualidade da educação. Para tanto, é necessário entender sobre a concepção de qualidade no âmbito educacional e de que formas o planejamento do Projeto Político Pedagógico pode contribuir para atender a esses conceitos. Pretende-se com esse estudo, afirmar o modelo de gestão escolar democrática como um dos possíveis caminhos para garantir a qualidade da educação. A metodologia utilizada foi uma pesquisa bibliográfica in artigos que tratam de temas sobre gestão democrática e qualidade de ensino, e autores como Libâneo (2004, 2013), Paro (1996, 1998, 2011) e Frigotto (2010, 2012). Embora os estudos enfatizam a importância da gestão democrática para a qualidade do ensino, ainda existe uma necessidade da escola aprofundar a discussão sobre o tema para alcançar uma efetiva gestão democrática, condição fundamental para a melhoria da qualidade no processo de ensino e aprendizagem escolar.

Palavras-chave: Gestão democrática. Qualidade. Ensino e aprendizagem.

INTRODUÇÃO

Este trabalho aborda aspectos históricos da gestão escolar até sua regulamentação como democrático por meio do estudo sobre este modelo, visto como o princípio que garante qualidade ao processo de ensino e aprendizagem. Também, as ações que são consideradas como elementos fundamentais para o desenvolvimento de um trabalho de gestão democrático eficaz.

Apesar de prescrito na constituição, o modelo de gestão democrática se efetiva tendo como base um planejamento pautado na realidade da escola, que exige a participação de todos os envolvidos na sua construção e desenvolvimento para que consiga de fato contribuir para um ensino de qualidade. Este planejamento é materializado pelo Projeto Político Pedagógico (PPP).

* Acadêmica em formação no Curso de Graduação em Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul, Camous Chapecó, SC. E-mail: daianemay@icloud.com

Acredito que possa ser possível promover uma reflexão sobre como a relação da equipe escolar com o processo de ensino e aprendizagem bem articulada é capaz de identificar e criar boas práticas que podem ajudar a desenvolver o trabalho da gestão de forma eficaz com objetivo de promover uma educação democrática e de qualidade para todos.

O presente artigo é pautado em análises de autores como Libâneo (2004, 2013), Paro (1996, 1998, 2011) e Frigotto (2010, 2012) que tratam sobre a temática da gestão democrática com vista na melhoria da qualidade da educação. Sua estrutura foi organizada para responder aos aspectos históricos da educação, as concepções que a definem desde seu reconhecimento enquanto direito social até as reformas legislativas, e as teorias que defendem o modelo de gestão democrática.

Também são abordadas as concepções de qualidade no âmbito educacional atual, apresenta alguns fatores que constituem uma educação de qualidade, e em como essa perspectiva de qualidade pode assegurar a melhoria do processo pedagógico.

Para concluir esse estudo, são apontados elementos que fazem parte do desafio atual de uma gestão escolar para construir um planejamento democrático, uma vez efetivado, servirá como instrumento de transformação na qualidade do processo de ensino e aprendizagem escolar.

1. A perspectiva da Gestão Democrática para a melhoria na qualificação da Escola Pública

O processo de democratização do país é decorrente da luta dos movimentos sociais que buscavam mudanças de direcionamento nas atividades econômicas e políticas, principalmente nas décadas de 1980 e 1990. O ensino também precisava passar por mudanças que representassem esse novo momento social e um dos importantes fatores que possibilitaram a essa mudança foi o modelo de gestão democrática escolar.

A concepção de educação assim como seu papel social de formar cidadãos passaram por diferentes momentos e ressignificações de conceitos no âmbito do país até que a escola fosse reconhecida como instituição de ensino.

Inicialmente, no século XVIII, a escola era vista como local de cuidado, onde os pais deixavam seus filhos para terem assistência em suas necessidades básicas. Mais tarde, passou a ser um espaço frequentado por um grupo social restrito do qual faziam parte uma classe social privilegiada a burguesia, com objetivo de atender às suas demandas e formar os grupos dirigentes desta sociedade. Após da década de 1920, foi definida à escola, a função de centro de ensino e práticas educativas com objetivo de integração social, mas ainda sem cunho pedagógico.

Foi somente após a década de 80, quando o país passou por um período de significativas mudanças no quadro político, com o surgimento de novas organizações sociais que mobilizaram a população para participar das decisões do governo, que se iniciou também o movimento em favor da democratização da gestão escolar, cujo tema despertou interesse em discutir a importância desse modelo de gestão na qualidade do processo de ensino e aprendizagem.

A Constituição Federal de 1988, no Capítulo III, Art.206 que anuncia a gestão democrática como um princípio do ensino público, e a partir de então a discussão desse tema ganhou amplitude, pois remete aos sistemas de ensino a sua regulamentação. O artigo 14 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 expressa que:

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto político-pedagógico da escola; II participação das comunidades escolar e local em Conselho Escolar ou equivalente. (BRASIL, 1996).

A partir dos dispositivos estabelecidos pela Constituição Federal de 1988 e as Leis de Diretrizes Básicas para a educação com referência à gestão democrática, foram implementados novos termos como gestão colegiada, descentralização administrativa, autonomia das escolas e eleição de diretores.

Segundo Paro (2011, p.19), “todas essas medidas democratizantes, todavia, não conseguiram modificar substancialmente a estrutura e as práticas da escola pública básica, que permanece praticamente idêntica a que existia há mais de um século”. As diferentes concepções desses termos foram incorporados ao sistema educacional do país e interpretados de diferentes formas no âmbito escolar, questão que levantou diversos estudos a cerca deste tema, para tentar entender as dificuldades que as escolas têm para efetivar a gestão democrática.

Para Libâneo (2004, p.101) a gestão democrática pode ser conceituada como sendo “a atividade pela qual são mobilizados meios e procedimentos para se atingir os objetivos da organização, envolvendo basicamente, aspectos gerenciais e técnicos administrativos”. Na prática, uma gestão escolar é definida como democrática na medida em que possibilita a participação de todos os envolvidos na construção de um planejamento que integre o contexto social da escola para assim, promover o acesso do estudante ao ensino, e também, garantir que essa oferta de ensino seja de qualidade, possibilitando aprendizagens significativas para todos.

Assim, para o autor, a gestão democrática da educação requer conhecimento dos objetivos e metas da educação e, também, maior envolvimento e compromisso coletivo para garantir o acesso de todos à escola e a permanência com qualidade para possibilitarmos a universalização da alfabetização e a ampliação da escolaridade e das oportunidades educacionais.

Esse envolvimento pode dar-se de várias maneiras, depende da forma como a escola estabelece as suas relações com a comunidade, aproximando professores, alunos, pais, equipe gestora e a comunidade escolar a fim de acompanhar os processos de ensino e aprendizagem que são ofertados nesse ambiente.

Libâneo (2004, p.102) afirma que “a escola não pode ser mais uma instituição isolada em si mesma, separada da realidade circundante, mas integrada numa comunidade que interage com a vida social ampla”, ou seja, quando há um acompanhamento contínuo de todas as partes envolvidas nas questões pertinentes a gestão, os resultados impactam positivamente em sala de aula, trazendo melhoria na qualidade do ensino e da aprendizagem ofertados na escola.

Também nesta direção, Paro (1996, p. 27) afirma que a democratização das instâncias sociais, incluída a escola pública, implica “[...] não apenas o acesso da população a seus serviços, mas também a participação desta na tomada de decisões que dizem respeito a seus interesses [...].” Assim, além de melhorar a sua qualidade de vida, pelo acesso aos serviços básicos, amplia a cidadania pelo desenvolvimento da consciência e do compromisso com a educação pública de qualidade para todos.

Percebemos, assim, que a democracia não se efetiva por decreto é necessário construir alguns mecanismos indispensáveis para a sua efetivação. Ao longo das últimas décadas consolidaram-se instrumentos de gestão importantes para a efetivação da gestão democrática, como a elaboração e implantação do Projeto Político Pedagógico, a Proposta Pedagógica Curricular, o Plano de Trabalho Docente, o Plano de Ação da Escola e a criação do Conselho Escolar. Estes instrumentos de gestão são espaços concretos de participação da comunidade escolar e possibilidade de efetivação da democracia e da qualidade da educação.

Com a participação da sociedade no planejamento e no acompanhamento das políticas educacionais implantadas pelos sistemas de ensino no país, temos a possibilidade de construir coletivamente um modelo de educação capaz de transformar a sociedade, formando cidadãos críticos e atuantes. Afirmamos, assim, a função social da escola definida pela Constituição Federal (1988), garantindo o direito de todos à educação para o “pleno desenvolvimento da pessoa, para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

A educação de qualidade que se almeja não é somente aquela que permite o acesso a todos que a procuram, mas também que oferece a qualidade de ensino que hoje ainda é quase só privilégio de uma classe econômica e social minoritária. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (art. 4º, inciso IX) prescreve que o dever do Estado para a efetivação do direito à educação será concretizado mediante a garantia de “padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e a quantidade mínima, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem”.

Para efetivar este padrão mínimo de qualidade, todos os meios criados pelo Poder Público só terão eficácia se houver o comprometimento de todos com o ensino e a aprendizagem, pensando junto o plano da escola, o plano do professor, os conteúdos e as formas de avaliação. Será o planejamento coletivo que construirá, mecanismos capazes de garantir a qualidade do processo de ensino e aprendizagem a todos os alunos da escola.

Como bem afirma Paro (1998, p.46):

“... tendo em conta que a participação democrática não se dá espontaneamente, sendo antes um processo histórico em construção coletiva, coloca-se a necessidade de se preverem mecanismos institucionais que não apenas viabilizem, mas também incentivem práticas participativas dentro da escola pública.”

Essas práticas participativas que o autor se refere precisam partir do interesse da escola em promover ações que aproximem a família do meio escolar, mas de forma significativa para as duas partes, ou seja, que a família se sinta integrante do processo, podendo de fato, ser ouvida e participar das decisões e a escola por sua vez, consiga ofertar uma educação com qualidade que resultará na formação de estudantes capazes de promover mudanças na própria sociedade a qual fazem parte, incluindo o ambiente escolar.

A gestão democrática requer mais do que simples mudanças nas estruturas organizacionais, mas também uma mudança nos paradigmas que fundamentam a construção de uma proposta educacional e o desenvolvimento de uma gestão diferente da que hoje é vivenciada. Precisa estar além dos padrões vigentes tão comuns nas funções administrativas, onde muitas vezes ficam centralizados apenas os problemas que surgem durante o processo de ensino e aprendizagem na sala de aula.

O trabalho da gestão deve ser o de planejar, monitorar e avaliar todas as etapas que constituem esse processo, partindo do contexto social da escola, das necessidades dos seus estudantes e professores, tendo o compromisso de tomar iniciativas pedagógicas, buscar alternativas para se aproximar da sala de aula e

estar aberta às mudanças de planejamento que se fizerem necessário para atender as demandas da escola.

2. O que é uma educação de qualidade?

Pensando no termo “qualidade” como um conceito histórico, que pode mudar de acordo com o tempo e espaço, o que hoje pode ser conceituado como sendo de qualidade amanhã talvez não seja mais, surgiu a necessidade de conhecer mais sobre de que formas o atual modelo democrático, prescrito em lei para a gestão escolar pode contribuir no processo de ensino e aprendizagem e quais elementos, na sua real efetivação, são considerados fundamentais para a concretizar a ideia de educação de qualidade almejada.

Para tanto, é importante destacar também que neste trabalho a educação não é abordada em sua perspectiva de qualidade total, uma vez que o modelo de gestão estudado se orienta sob relações democráticas.

Paro (2011, p.22) ressalta que “é importante mudar esse senso comum que a educação é passagem de conhecimento e que metodologia do ensino consiste em organizar informações”. Essa forma de educar está diretamente ligada a estrutura da escola que não se faz democrática em suas relações desde a sala de aula até a administração.

Se partirmos da convicção de que a organização escolar deve ser uma comunidade democrática de aprendizagem, transformaremos a escola num lugar de compartilhamento de valores e práticas por meio do trabalho conjunto e da reflexão compartilhada sobre planos de trabalho, problemas, soluções, relacionados à aprendizagem dos alunos e o funcionamento da escola. Numa comunidade de aprendizagem compartilhada, os valores e práticas são refletidos diretamente na sala de aula, assim como o que ocorre na sala de aula exerce efeito na organização escolar.

Portanto, a escola como um todo é responsável pelo ensino e pela aprendizagem, desde as práticas educativas utilizadas em sala pelo professor até a administração realizada pela equipe gestora, e são as ações pensadas em conjunto

que trarão impactos positivos no processo de ensino e aprendizagem de seus alunos e professores.

Para ensinar bem, Paro (2011) diz não basta apenas como na estratégia tradicional, dominar conteúdo; é preciso levar em consideração as condições que propiciam ao educando fazer-se sujeito nas relações pedagógicas que envolvem diversos fatores estruturais que façam desta, uma prática democrática.

Assim, a gestão deverá caminhar para além da visão do senso comum, que ainda está bastante presente no meio educacional, que trata a organização escolar como processo exclusivamente administrativo e burocrático. A gestão precisa ter um caráter pedagógico, que contempla objetivos educativos assumidos pela equipe, mobilizados com auxílio dos professores em torno de práticas efetivamente democráticas.

Segundo Paro (2011), os processos de organização e gestão das escolas, a avaliação dos resultados por meio de provas ou exames nacionais, a modificação do currículo, os modernos equipamentos são fatores imprescindíveis para promover a qualidade, mas eles devem ser considerados como meios e não como fins. A escola precisa buscar a qualidade cognitiva das experiências de aprendizagem dos alunos.

No modelo democrático de gestão proposto nos regulamentos, uma educação de qualidade fica evidenciada desde o acesso, o desempenho no decorrer do processo de ensino e aprendizagem até a permanência desse aluno na escola e sua participação na sociedade. Assim, a qualidade da educação se materializará num processo pautado pela efetividade social das políticas de gestão do sistema de ensino de modo a contribuir com a melhoria da aprendizagem dos educandos, articulando-se à melhoria das condições de vida e de formação dos mesmos enquanto cidadão.

No plano pedagógico, a questão principal que Frigotto (2012) apresenta para a qualificação da aprendizagem é a articulação dos conhecimentos socialmente produzidos, partindo da realidade dos alunos e a partir da problematização dos conhecimentos cultural e historicamente produzidos ampliara a capacidade de

interpretação e de intervenção no mundo. Essa compreensão criará as condições para superar as contradições das relações sociais capitalistas, pra isso, segundo o autor, precisaremos superar o conceito de qualidade imposto pelo sistema meritocrático neoliberal e afirmar numa perspectiva contra hegemônica o conceito de educação de qualidade social.

Para Frigotto (2012, p.9), os processos educativos numa perspectiva contra hegemônica às relações sociais possibilitam:

“[...] instaurar relações na escola e na sociedade que estejam orientadas por critérios de justiça, igualdade e solidariedade. Critérios que não reduzem a democracia a uma visão de igualdade matemática ou baseada na meritocracia, mas numa relação de diálogo e considerando os tempos de vida e especificidade na responsabilidade da criança, jovem e adulto, aluno e professor”.

Sendo assim, o objetivo principal da gestão democrática é assegurar uma educação de qualidade para todos, considerando que a qualidade na educação é a promoção para todos do acesso ao conhecimento, ao desenvolvimento das capacidades cognitivas e ao atendimento especializado quando necessário, assim como formar cidadãos plenamente desenvolvidos e capacitados para o exercício da cidadania enquanto escola e o ingresso no mundo do trabalho.

Pensar a qualidade social da educação implica assegurar um processo pedagógico pautado pela efetividade social, das políticas de gestão para o sistema de ensino de modo a contribuir com a melhoria da aprendizagem dos educandos, articulando assim à melhoria das condições de vida e de formação dos mesmos enquanto cidadãos.

3. O Planejamento do Projeto Político Pedagógico na Gestão Democrática, para garantir a aprendizagem de todos.

A gestão democrática está vinculada a mecanismos legais e institucionais que estabelecem como prioridade educacional a democratização do ingresso e a permanência do aluno na escola com sucesso, como garantia da qualidade da educação a todos os cidadãos. Para tanto, vale ressaltar que o espaço, os conteúdos, a metodologia das aulas devem ser pensados como principais medidas

de democratização, pois é na sala de aula que são refletidos os resultados do trabalho de uma gestão bem planejada.

A organização do trabalho escolar está também determinada pelas condições em que se estabelecem as relações com a comunidade, com os alunos e entre os profissionais, tendo em vista a resolução de problemas, o planejamento e os processos de tomada de decisão. Por isso, faz-se importante a criação de órgãos de gestão que garantam a representatividade da comunidade escolar, ajudem a dar continuidade no processo pedagógico e promovam sua efetividade.

Muitos são os meios que englobam essa dimensão e são apontados por autores e amparados por lei para subsidiar o trabalho pedagógico. Em relação à qualidade no processo de ensino e aprendizagem, a gestão democrática se torna pertinente ao abordar aspectos que contemplam desde a estrutura organizacional, o planejamento, monitoramento e avaliação dos programas e projetos.

Em primeiro plano no planejamento e na organização do trabalho escolar vem o Projeto Político Pedagógico (PPP). Construído coletivamente é o principal elemento de sustentação do planejamento e da gestão democrática. O PPP como um instrumento de planejamento resulta do processo de síntese das discussões e estudos da comunidade escolar, expressando nele as convicções, os princípios, os objetivos, as concepções de conhecimento, de currículo, de ensino, de aprendizagem, de avaliação e de planejamento, entre outros, constituindo-se num exercício de reflexão permanente, com objetivo de criar espaços e buscar recursos para promover a ação intencional da aprendizagem. O PPP é o documento que deve resultar da construção coletiva da identidade da escola e pressupõe o compromisso da oferta e manutenção da educação de qualidade e da transformação da realidade social.

Compreende-se em três fases: elaborar, executar e avaliar. Parte da análise da realidade social, política, econômica, cultural, educacional e as influências destas nas práticas educativas, passa pela construção dos fundamentos teóricos e metodológicos e por fim, apresenta propostas de intervenção e organização da escola.

A partir da fundamentação teórico-metodológica é possível pensar uma Proposta Pedagógica Curricular, a qual trata dos conteúdos de cada área do conhecimento, a metodologia e as práticas de ensino que serão abordados no plano de trabalho docente. Este plano é o registro formalizado das ações organizadas pelo professor que permite sistematizar, orientar e avaliar a prática educativa. Precisa ser estruturado por conteúdos de grande amplitude, que permitam a compreensão do objeto de estudo e possibilitem ao aluno estabelecer relações e análises críticas.

Os critérios de avaliação também são aspectos fundamentais no processo de ensino e aprendizagem, e por isso devem ser definidos os propósitos e a dimensão do que cada conteúdo busca desenvolver e estabelecer o que pretende-se avaliar e de que forma será feito. A proposta de recuperação da aprendizagem também precisa ser pensada com a intenção de não somente repor a nota para aprovação, mas de tornar claro o que deixou dúvida, melhorar a compreensão do aluno sobre o conteúdo estudado.

O Plano de Ação da Escola é, também, um instrumento importante para a gestão da escola, ele explicita as condições necessárias para a prática docente, organiza o trabalho escolar coletivamente e articula as ações apresentadas na proposta de intervenção para a efetivação do PPP. Junto com o Conselho Escolar, o Grêmio Estudantil e representantes de turma, são instrumentos de aproximação entre alunos, professores e equipe gestora a fim de planejar, mediar e avaliar os resultados obtidos e assim perseguir permanentemente uma educação de qualidade.

A qualidade da educação, nessa perspectiva, não pode ser reduzida ao rendimento escolar ou pela posição da escola entre os estabelecimentos de ensino, mas precisa ser vista como um fenômeno complexo, que envolve múltiplas dimensões e dependem de efetivas ações.

O cotidiano da escola, por ser um espaço muito complexo, dinâmico e de conflitos, necessita permanentemente ser pensado, planejado e articulado. Não podemos conceber que a rotina da escola a autogoverne, dite o que será feito ou

deixará de ser feito. A gestão precisa ser estratégica, saber para onde quer ir e qual o meio mais seguro e eficiente para chegar a este lugar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir deste estudo, o que fica evidente é a importância de valorizar a educação enquanto meio de transformação social e em como a participação efetiva da comunidade escolar na gestão educacional, pode ser um dos fatores que contribuem para essa mudança. Assim como cita Lima (1995, p. 5), esse modelo de gestão é transformador para a educação, “elevando a sua qualidade, garantindo o acesso e a permanência da criança na escola, auxiliando na efetivação de lutas que visem à democratização política e social do país”.

Não podemos pensar que esse modelo democrático possa resolver todos os problemas na gestão escolar dos estabelecimentos de ensino. Mas sua real efetivação é hoje, uma exigência da educação, que a vê como um dos possíveis caminhos para garantir o acesso de todos à educação e ofertar um ensino escolar de qualidade, promovendo assim também, a aprendizagem dos estudantes.

Assim, construir dimensões e definir fatores de qualidade para a educação e para a gestão escolar não requer apenas a identificação e implantação de métodos, mas de condições que articulem os objetivos educativos ao desenvolvimento de todas as potencialidades do aluno, ofertando a ele um ensino de qualidade em sua amplitude, garantindo o acesso significativo aos conhecimentos, às relações sociais, às experiências culturais diversas e no aprimoramento da sua função social.

Isso significa dizer que não só os fatores e os meios indispensáveis sejam determinantes, mas que todos os participantes ativos, são imprescindíveis para a produção de uma escola de qualidade ou escola que apresenta resultados positivos em termos de aprendizagem.

Portanto, é de fundamental importância avançar no debate sobre os conceitos e definições de qualidade na educação e promover a reflexão sobre como modelo de gestão democrática possibilita condições de mudança e busca pela tão esperada qualidade no processo de ensino e aprendizagem escolar.

ABSTRACT: This article has the aim of reflecting about the importance of a democratic educational management model to the teaching and learning process in the guarantee of education quality. Therefore, it is necessary to understand about the conception of quality in the educational sphere and which ways the planning of de Pedagogic Political Project can help meet these concepts. It is intended with this study to clear the democratic educational management model as one of the possible ways to guarantee the education quality. The methodology used was a bibliographic research in articles which consider the theme about democratic management and teaching quality, and also authors like Libâneo (2004, 2013), Paro (1996, 1998, 2011) e Frigotto (2010, 2012). Although, the studies emphasize the importance of the democratic management to the teaching quality, there is also the necessity of the school deepening the discussion about the subject to achieve an effective democratic management, fundamental condition to the improvement of the quality in the school teaching and learning process.

Key words: Democratic management. Quality. Teaching and Learning.

RESUMEN: Este artículo pretende reflexionar sobre la importancia del modelo de gestión de la escuela democrática para el proceso de enseñanza y aprendizaje en la garantía de la calidad de la educación. Por tanto, es necesario entender acerca del diseño de la calidad educativa en el ámbito de aplicación y que forma la planificación del Proyecto Político Pedagógico puede ayudar a hacer frente a estos conceptos. Se pretende con este estudio, afirmar el modelo de gestión escolar democrática como uno de los caminos posibles para garantizar la calidad de la educación. La metodología utilizada fue una revisión en bibliografía de los artículos que tratan temas sobre la gestión democrática y la calidad de la educación, y los autores como Libâneo (2004, 2013), Paro (1996, 1998, 2011) y Frigotto (2010, 2012). Aunque los estudios destacan la importancia de la gestión democrática de la calidad de la educación, todavía hay una necesidad de la escuela para profundizar el debate sobre el tema para lograr una efectiva gestión democrática, una condición fundamental para la mejora de la calidad en el proceso de enseñanza y aprendizaje en la escuela.

Palabras clave: gestión democrática. La calidad. La enseñanza y el aprendizaje.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, 1998.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 2010.

_____, Gaudêncio. **Qualidade e Quantidade da Educação Básica no Brasil: Concepções e Materialidade**. Rio de Janeiro: 2012.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática**, 5. ed. Goiânia, Alternativa, 2004.

_____, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola – Teoria e Prática**. 6 ed. São Paulo, 2013.

LIMA, Antonio Bosco de. **Burocracia e participação: análise da (im) possibilidade da participação transformadora na organização burocrática escolar**. 1995. Dissertação (Mestrado) - Unicamp, Campinas, 1995.

PARO, Vitor Henrique. **Eleição de diretores: a escola pública experimenta a democracia**. Campinas: Papirus, 1996.

_____, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1998.

_____, Vitor Henrique. **Crítica da estrutura da escola**. São Paulo: Cortez, 2011.